

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1176

14 a 20 de maio de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

Adapar: em defesa da agropecuária do Paraná



Ô Dilma!
Vetar é punir o Brasil que produz.



2 Sanidade

A posse na Adapar



8 Trigo x Milho

Um encolhe o outro expande

15 Previdência

CNIS e o segurado especial

16 Estadão

Produção e preservação

18 Energia

Cenário do açúcar e álcool

20 Pulverizadores

A rediscussão na Assembleia

22 Financiamento

Renegociação com o BB

24 Paraná

As perspectivas do agronegócio

26 Via Rápida

Bocejos, O bode, Toc, toc, toc, Golfinhos, Lente, Cotovelo, etc

28 Cursos

Plasticultura, Posse, Núcleo, Artesanato, JAA, Empreendedor e correção

30 Consecana

31 Notas



O homem cer

Inácio Kroetz assume a presidência da Agência de Defesa Agropecuária

Para o agronegócio que representa 35% do Produto Interno Bruto do Paraná e é a base das economias municipais do Estado, a Adapar – Agência de Defesa Agropecuária surge como um instrumento essencial a esse setor econômico.

A decisão do secretário de Agricultura, Norberto Ortigara, em indicar ao governador o médico-veterinário Inácio Kroetz para comandar a Agência tem o mérito de colocar o homem certo no lugar certo.

A trajetória profissional de Kroetz está

Ô Dilma! Vetar é punir o Brasil que produz.



Fernando Santos

Não se faz agronegócio sem sanidade e qualidade. A iniciativa do governador Beto Richa em criar a Adapar e nomear para sua diretoria técnicos de reconhecida capacidade é um passo importante para o agronegócio.

to no lugar certo!

vinculada não só à busca de qualidade dos rebanhos e do setor vegetal nacional, mas da abertura de novos e melhores mercados que remuneram melhor, mas que não são atendidos pelo Brasil como Japão, Estados Unidos e Coréia do Sul. Essa iniciativa, na verdade, foi apresentada em julho de 2010, quando a FAEP elaborou o Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná, onde estavam diretrizes com as sugestões para a criação da Adapar.

A Agência começou a se consolidar desde

o último dia 7, quando Beto Richa deu posse a Kroetz na Adapar, vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, e substituindo o atual Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis).

A posse, no Palácio Iguazu, teve a presença de várias lideranças rurais e políticas, entre elas a de Ágide Meneguette, presidente da FAEP. “Desde que assumi a presidência da FAEP, ainda na primeira gestão, venho trabalhando para auxiliar o Estado a avançar na questão da sanidade. Agora o Paraná tem

Ortigara: O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, elogiou a formação profissional dos diretores da Adapar e disse que a escolha dos ocupantes levou em considerações questões técnicas e de qualificação profissional. “São todos profissionais capacitados e com muita experiência”, disse.

um diferencial nessa área e vamos continuar apoiando o governo no que for necessário para vermos este problema solucionado de forma definitiva”, disse ele.

Fala o presidente

O novo presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, deu uma longa entrevista à jornalista Cynthia Calderon, do programa de radio Campo & Cia (www.campoecia.com.br) e a este BI do Sistema FAEP. Os principais trechos:

A Adapar

A existência da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) vem de encontro ao anseio da sociedade organizada, da agroindústria, do comércio e dos produtores que precisavam de uma estrutura condizente com o agronegócio, a agricultura e pecuária do Paraná.

Novos Mercados

O Defis já vinha fazendo este trabalho durante alguns anos, mas a estrutura estava aquém da necessidade do Estado. A Adapar dá uma outra dimensão para o trabalho de defesa porque hoje os mercados são mais exigentes. Quando falo de mercado falo de exportação, falo de países que importam produtos do Brasil e conseqüentemente do Paraná. O Paraná é um grande exportador de alimentos para o mundo. Mais de 140 países compram produtos do Paraná. Mas isso representa entre 20 e 25% da nossa produção de excedentes. A absoluta maioria desses produtos fica no Paraná e no Brasil, consumidos por uma população que tem direito a ter a mesma garantia sanitária e a mesma qualidade dos produtos que são exportados.

Moderna e ágil

Produto com sanidade vale mais, região que tem melhor status sanitário também vale mais e tem mais opções de mercados. Sintetizando: a agência vai promover a saú-



Governador Beto Richa nomeia Inácio Kroetz para presidência da nova

de dos animais, dos vegetais e seus produtos no Paraná. Vamos trabalhar com enfoque em áreas livres de doenças e de pragas. Quanto mais se investe em sanidade, melhor se comercializa os produtos e melhor vai ser o bem estar e a renda do produtor. Então, é uma agência que vem num bom momento em que o Paraná tem espaço para ter um instrumento de defesa moderna, ágil e com autonomia para executar seu papel.

A estrutura

Começaremos nosso trabalho com 641 servidores herdados do Defis. Temos a proposta de mais 499 servidores até o final do ano, que serão contratados via concurso. Temos uma estrutura de logística e de capilaridade no Paraná bastante interessante. Estamos distribuídos em quase todos os municípios, todos eles tem pelo menos um atendimento. O que precisamos agora é intensificar, estar mais presentes, mais capacitados em todos os sentidos, tecnicamente,



Fernando Santos

agência de Defesa Agropecuária

logisticamente e materialmente. Sempre capaz de detectar se houver qualquer alerta de um evento sanitário, ser capaz de saber disso, diagnosticar corretamente e tomar as primeiras providências no máximo em 24 horas para que isso não se difunda e não cause prejuízos. Os servidores são de alta qualidade e empenhados nessa nova fase e vamos valorizar seu trabalho, valorizar o produtor e seu patrimônio. Essa é a abordagem, a missão da Agência.

Status sanitário

Não vamos trabalhar só combatendo doenças e pragas, vamos promover sanidade. O que se ressentia o serviço? Não havia nessa estrutura capacidade de promoção da sanidade. Por que não alcançamos certos mercados? Porque temos um determinado problema sanitário. Pequeno, grande, justificado ou não, não é a questão. Os países podem levantar barreiras, mas as únicas legítimas são as sanitárias. No momento

em que estamos promovendo a sanidade, estamos como um todo promovendo o status sanitário no mais alto nível para que nenhum país mais possa dizer que o Paraná tem um problema com tal praga ou o Paraná tem tal doença. Isso nós vamos acabar. Esse é o projeto, terminar com a ideia de que alguma coisa pode restringir o nosso produto.

Competitivos

No médio e longo prazo, a única coisa que pode tirar o Paraná do mercado será preço. Nós temos que ser competitivos.

Sanitariamente, além de sermos uma referência, temos que conseguir esse crédito. Isso não se impõe, se consegue com muito trabalho, com muita organização, excelente gestão. Com todos os meios temos que conseguir este nível. O grande parceiro nosso é o setor produtivo, ele que vai investir.

Os parceiros

A sociedade já está organizada, onde temos escritório de defesa agropecuária nós também temos os Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs), nossos grandes parceiros. Defesa sanitária não se faz sozinho. A agência cabe somente a promoção e a fiscalização de que tudo está sendo feito dentro das boas práticas, cumprindo as normas. Quem promove mesmo a situação é o produtor que adota as boas práticas; é o comerciante de animais e de produtos vegetais que comercializa tudo dentro dos preceitos legais; é o produtor que vacina seus rebanhos com as vacinas obrigatórias e com as opcionais. Ele executa as normas não porque pode ser autuado, executa porque vai entender que faz bem pra ele.

Aliança

A Adapar visa atingir seus objetivos com uma forte parceria com o setor privado. Aí temos organizações como FAEP, SENAR, Ocepar, instituições oficiais diversas. Todos os segmentos participando. Vamos conseguir uma grande aliança a favor da

Quanto mais se investe em sanidade, melhor se comercializa os produtos e melhor vai ser o bem estar e a renda do produtor. Então, é uma agência que vem num bom momento em que o Paraná tem espaço para ter um instrumento de defesa moderna, ágil e com autonomia para executar seu papel.



Fernando Santos

Beto Richa:
“Este é um instrumento fundamental para promover a saúde animal e a sanidade vegetal, assegurando que a produção paranaense conquiste os mais exigentes mercados globais”, disse.

defesa da agropecuária do Paraná e todos vão se sentir bem com isso. O consumidor vai ter mais crédito com os produtos paranaenses, vai se sentir mais seguro, o ambiente vai estar melhor protegido, os preços vão ser competitivos porque a produtividade aumenta.

Mais renda

É preciso que o produtor perceba que ao trabalhar com animais e com vegetais sadios terá uma renda muito melhor. Não precisa esperar uma autuação do fiscal para se desenvolver. Quanto mais boas práticas forem adotadas, muito menos autuações ou punições serão emitidas.

Essa é uma equação muito simples. No momento em que todo o setor produtivo entende que ele trabalha com ativos, que animais sadios ou uma propriedade numa região livre de doenças e de pragas é um

bem que ele tem, vai investir. Cabe então, chegarmos a esse nível. Esse é o nosso foco.

O foco

O foco é preventivo, o resultado tem que trazer um benefício a alguém. Nós somos a contrapartida do setor privado e de governo. A agência deve dar benefícios sociais e econômicos, proteger o meio ambiente, dar bem estar aos animais. É com essa ideia que faremos a gestão.

Isso não quer dizer que o fiscal vai fechar os olhos se algo estiver errado. Temos de proteger os vizinhos. A autuação não é apenas para punir, mas proteger o vizinho que está fazendo certo, mas correndo riscos. Agiremos com energia para impor o caminho certo a quem estiver errado. Não podemos deixar alguém no meio de centenas prejudicar a cadeia – do produtor à indústria. O sucesso da defesa é o sucesso do produtor.



Vamos recompor nossas barreiras nas fronteiras e nas divisas com os Estados. Investir no trânsito pela sua dimensão, pela grande produção do Paraná – vegetais e animais.

O time

A equipe técnica da Adapar é composta pelo engenheiro-agrônomo Adriano Riezenberg, diretor de Defesa Agropecuária e o engenheiro-agrônomo Adalberto Luiz Valiati ficará responsável pela diretoria Administrativo-Financeira. Os gerentes – que tem idade média de 30 anos – serão Rafael Gonçalves Dias Gerência de Trânsito Agropecuário; Allan Gabriel Campos Pimentel, Gerência da Área de Apoio Técnico e Eric Waltz Vieira Messias da Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal. E Silmar Burer é o chefe de gabinete. Inicialmente a Agência funcionará junto à sede da Seab.

O Conselho

A Adapar terá um conselho de administração composto por 10 membros, que vai definir as políticas e prioridades da autarquia. Sob a presidência do secretário da Agricultura e do Abastecimento, o grupo será formado também pelos secretários do Planejamento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pelo presidente da Agência Paraná de Desenvolvimento e pelo diretor-presidente da Adapar (como secretário executivo). Presidentes de entidades de classe e representantes dos servidores da agência completam o conselho.

Entre as atribuições da nova agência está a elaboração do Plano Estadual de Defesa Agropecuária. O documento seguirá as diretrizes do Plano Nacional de Defesa Agropecuária, buscando a inserção do Paraná no mercado nacional e internacional.

Agiremos com energia para impor o caminho certo a quem estiver errado. Não podemos deixar alguém no meio de centenas prejudicar a cadeia – do produtor à indústria. O sucesso da defesa é o sucesso do produtor.



No Paraná o trigo encol

Por: Tânia Moreira e Leandro Alegransi (DTE/FAEP)**

Pela terceira vez consecutiva a área de trigo é reduzida

Considerando uma série histórica de área de 26 safras desde a safra de 1986/87 podemos afirmar que os produtores paranaenses estão deixando de plantar trigo. Ao longo dos anos, o Paraná sempre esteve na liderança da produção nacional de trigo, com exceção da safra 2000/01. Porém na safra 2012/13 a estimativa de produção segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de redução de 24,7% na área, resultando em uma produção 14,6% menor. Com isto o Rio Grande do Sul assume a liderança com uma produção de 2,46 milhões de toneladas enquanto a produção do Paraná deve totalizar 2,12 milhões de toneladas.

Levando em conta a liderança que o Paraná possuiu ao longo dos anos, percebe-se a sua importância na triticultura

nacional, pois é detentor de uma grande capacidade de produção e muito sensível a indicativos positivos nas políticas públicas, como Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e a Subvenção ao Prêmio do Seguro Agrícola.

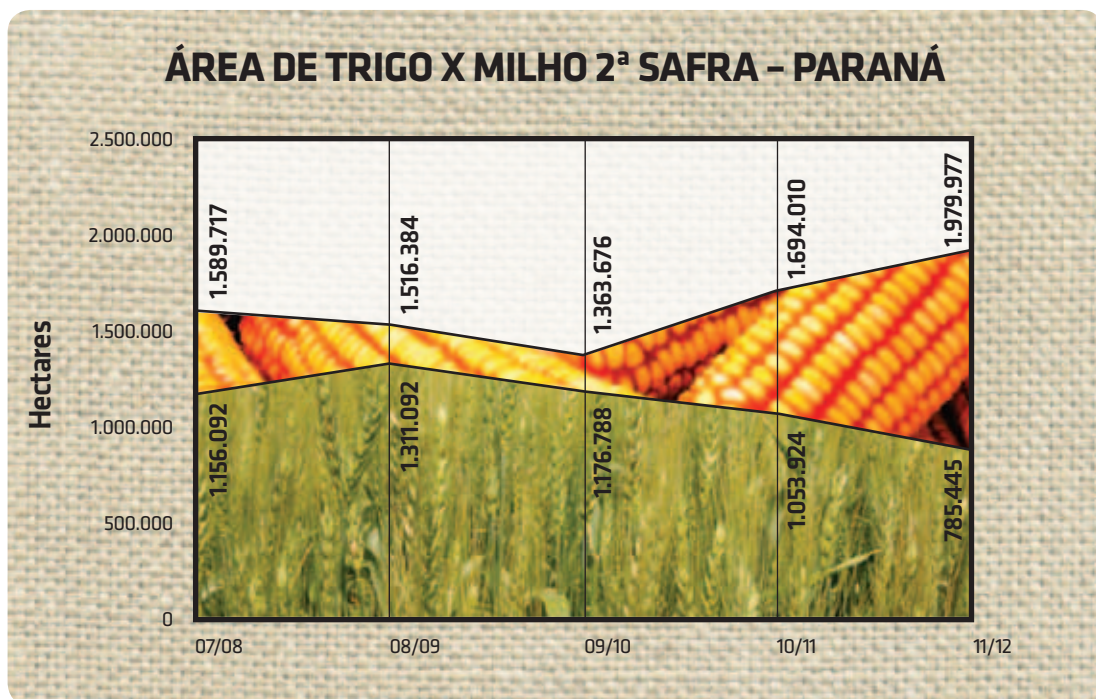
Segundo estimativas da CONAB, a área de trigo a ser plantada no Brasil é de 1,96 milhões de hectares, sendo 785,4 mil no Paraná (40% da área total).

Enquanto a área de trigo paranaense reduz pela terceira safra seguida, o milho de 2ª safra (“safrinha”) tem um aumento de 17% de áreas plantadas no Paraná neste ano em relação à “safrinha” anterior – de 1,69 para 1,97 milhões de hectares, conforme dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab).



Trigo e milho se expande

GRÁFICO 1 – Área de trigo e de milho 2ª safra no Paraná



Fonte: DERAL/SEAB

Elaboração: DTE/FAEP

O gráfico 1 demonstra a relação entre a queda da área plantada de trigo e o aumento da área plantada de milho safrinha no estado. No gráfico pode se observar o abandono da cultura de trigo e aumento da área da cultura de milho safrinha a partir da safra 2009/2010. As regiões Norte e Oeste do Estado apresentam de forma mais clara essa escolha do produtor em substituir trigo por milho safrinha, como apresentam os gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2 – Área de trigo por regiões - PR

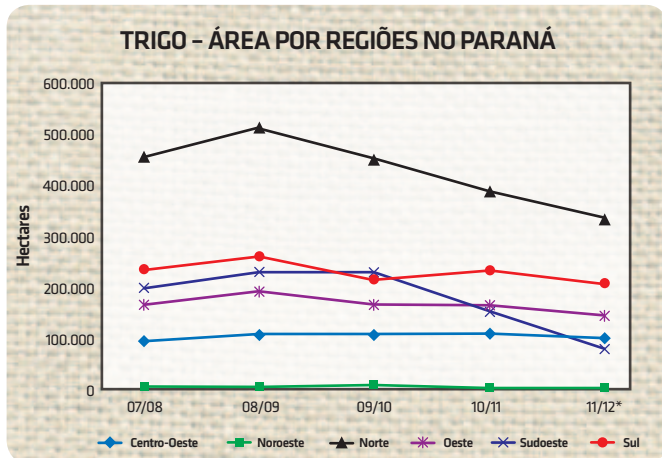
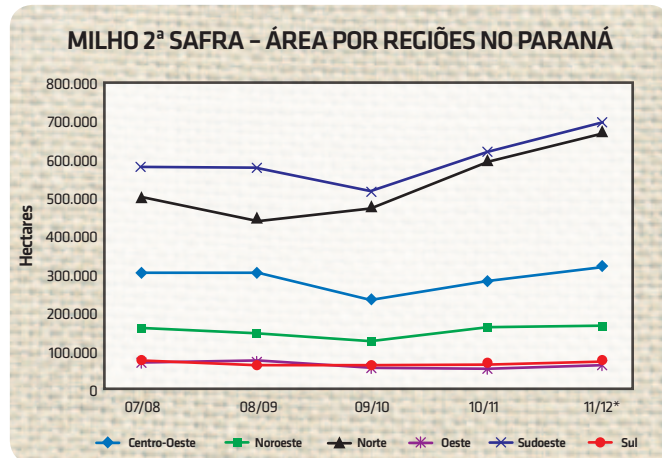


GRÁFICO 3 – Área de milho 2ª safra por regiões - PR



Fonte: DERAL/SEAB • Elaboração: DTE/FAEP • * safra 11/12 estimativa SEAB

Os gráficos 4 e 5 demonstram detalhadamente os aumentos e reduções de áreas efetivos de milho safrinha e trigo nas últimas cinco safras, nas regiões Norte e Oeste, dados pela diferença em relação a safra anterior, por exemplo, o resultado do acréscimo de área de trigo na safra 08/09 é a diferença da área plantada na safra anterior 07/08, que era menor.

GRÁFICO 4 – Área de trigo versus área de milho 2ª safra na região Norte do Paraná

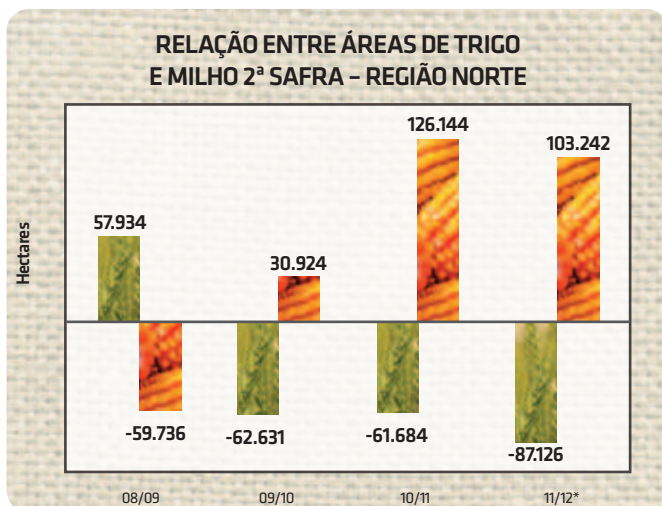
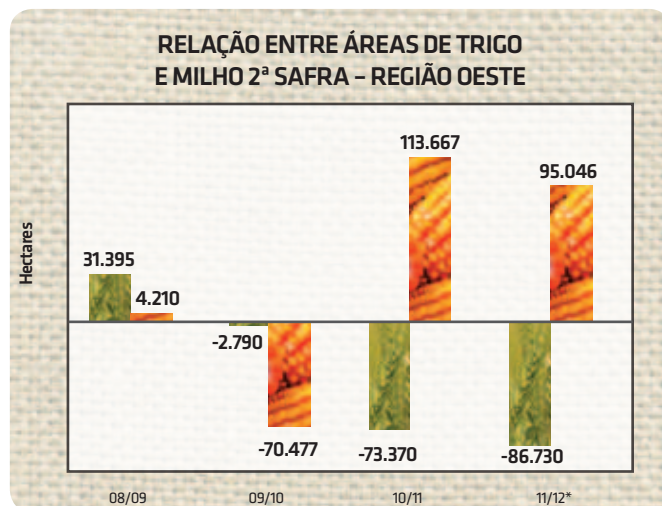


GRÁFICO 5 – Área de trigo versus área de milho 2ª safra na região Oeste do Paraná



Fonte: DERAL/SEAB • Elaboração: DTE/FAEP • * safra 11/12 estimativa SEAB

No gráfico da região Norte verifica-se uma diminuição regular de área de trigo nas safras 09/10, 10/11 e 11/12 em relação às safras anteriores, em contrapartida, a área de milho cresceu em todas essas safras. O inverso também se verificou na safra 08/09, na qual a área de trigo aumentou 57.934 ha e a de milho



safrinha diminuiu 59.736 ha, demonstrando a possível relação entre o aumento da área de milho e a redução da área de trigo.

A redução de 124.315 ha na cultura de trigo, somando-se as safras 09/10 e 10/11, pode ter contribuído para o incremento de área de 126.144 ha na cultura de milho safrinha, já que os 62,6 mil hectares na safra 09/10 e 61,6 mil hectares na safra 10/11 deixaram de ser plantados com trigo.

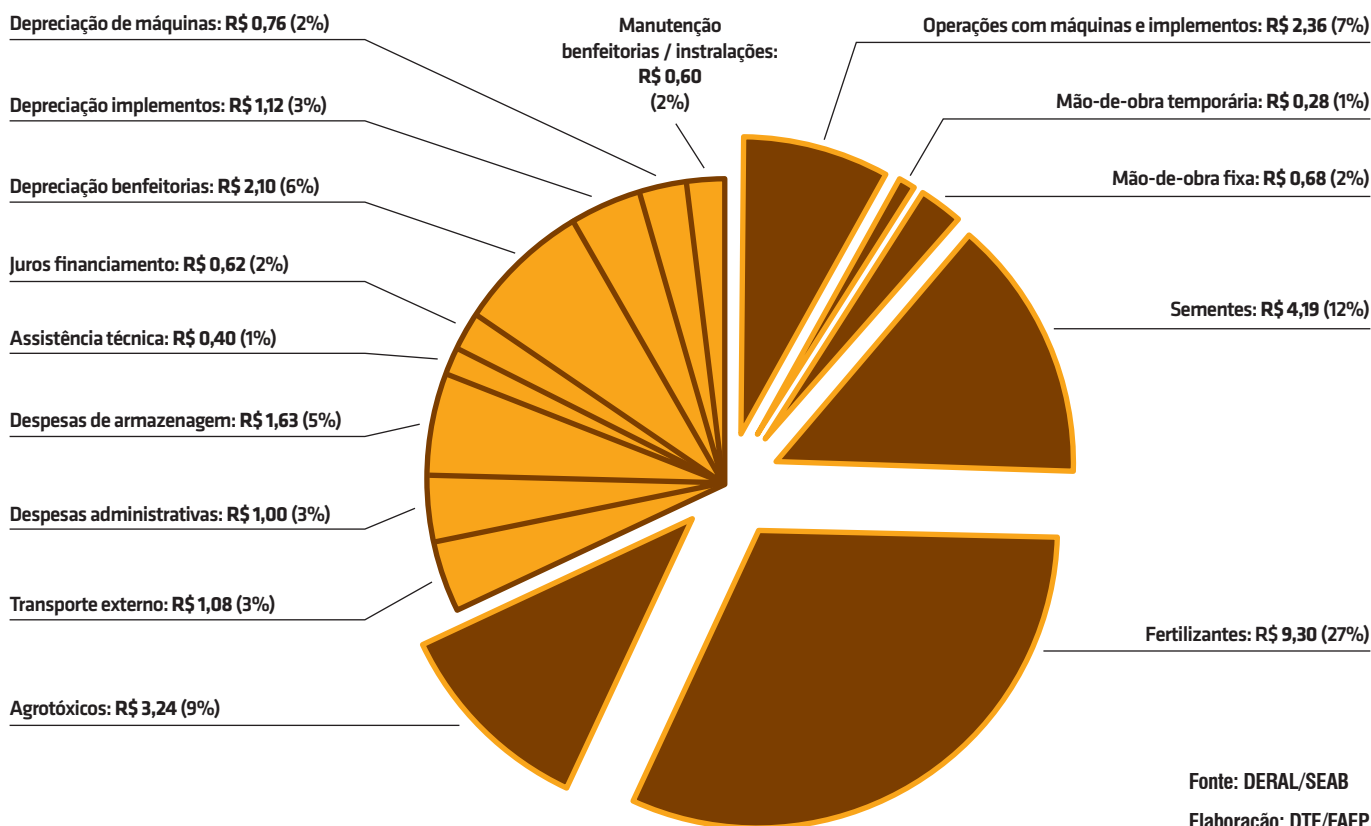
Na região Oeste é notado que a relação entre áreas de trigo e milho 2ª safra também ocorre a partir da safra passada, em que as áreas de trigo diminuíram e as de milho safrinha aumentaram. O grande aumento da área de milho safrinha no Oeste, 113.667 ha, na safra passada (10/11) pode ser explicado pela grande área de milho não plantada na safra anterior (09/10) a ela, 70.477 ha. Assim, estes 70.477 ha somados à área não plantada de trigo naquele ano (73.370 ha) são suficientes para compor os 113.667 ha a mais de milho safrinha em 2011. A estimativa de redução para a área de trigo neste ano (86.730 ha), pode responder por parte do aumento da área

de milho safrinha (95.046 ha).

Esses dados reforçam a relação de substituição das áreas de trigo por milho 2ª safra nessas duas regiões, principalmente. Elas possuem uma vantagem frente às outras regiões que é a maior janela agrônômica para o plantio do milho safrinha, possibilitando maior disponibilidade de tempo para o plantio após a colheita da soja. Isso é possível pelo menor risco de geadas durante o desenvolvimento da cultura, mapeado no zoneamento agrícola de risco climático.

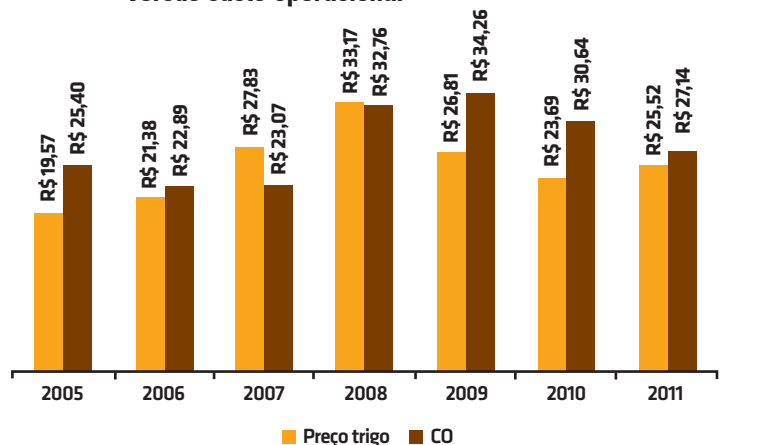
A progressiva diminuição de áreas de trigo no Estado se deve a falta de liquidez do trigo e preços de mercado abaixo do custo de produção. O preço mínimo para a safra 2012, lançado na segunda semana de maio, de R\$ 27,36 (Trigo pão, tipo 2) também não paga o custo de produção. Para demonstrar esses valores, o gráfico a seguir, apresenta o custo operacional (custos variáveis, como o custeio da lavoura, e os custos fixos, como depreciação) da produção de trigo com alta tecnologia em Cascavel da safra 2010/2011 da Conab, que é estimado em R\$ 29,45 por saca de 60 kg.

GRÁFICO 6 – Custo de produção de trigo safra 2011



No gráfico 6, as fatias destacadas em marrom escuro representam o custeio da lavoura totalizando R\$ 20,05 por saca.

GRÁFICO 7 – Preço médio recebido pelos produtores versus custo operacional



Fonte: DERAL/SEAB • Elaboração: DTE/FAEP

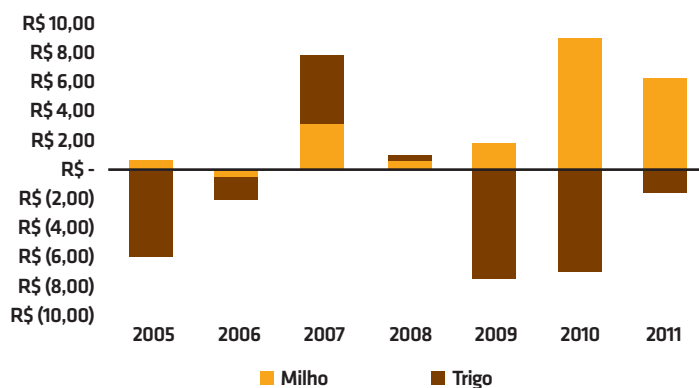
Mesmo diante destes dados os produtores se dispõem a plantar trigo por motivos intrínsecos da sua propriedade, como: fazer rotação de culturas e para “fazer giro” no seu caixa.

Por que os produtores estão optando por cultivar milho safrinha?

Comparando as culturas de trigo e milho 2ª safra nas últimas safras, a margem de lucro médio, em relação ao custo operacional, foi melhor para o milho safrinha. A margem de lucro da cultura de trigo nas últimas sete safras só registrou prejuízo, com exceção da safra de 2007 e 2008. O milho safrinha registrou margem negativa no ano de 2006, devido ao baixo preço de comercialização (R\$ 12,59/sc), 32% inferior ao preço médio das últimas sete safras (R\$18,54/sc).

Percentualmente, considerando a margem de lucro para as duas culturas, o ganho do milho safrinha foi de 16% nestas últimas sete safras enquanto a perda com o trigo foi de 8%.

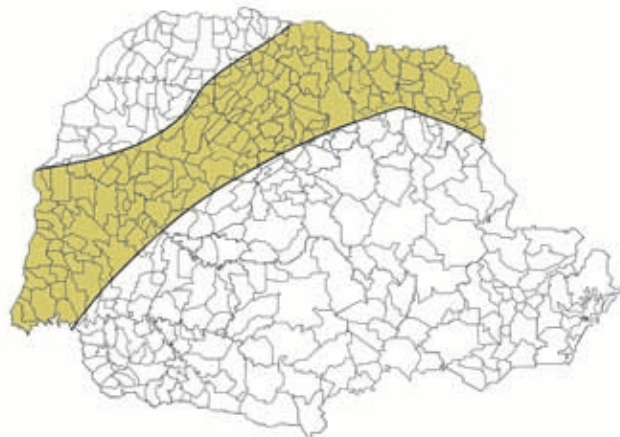
GRÁFICO 8 – Margem de lucro médio



Não são todas as regiões do Estado que tem a opção de plantar milho safrinha ao invés de trigo, pois algumas têm mais limitações climáticas que as outras, seja por incidência de geadas, por baixa precipitação pluviométrica, por temperaturas inadequadas, dentre outras.

O mapa 1 apresenta a faixa do Estado, segundo o zoneamento agrícola da cultura do milho 2ª safra, que tem a janela agrônômica mais estendida para o plantio de milho 2ª safra de ciclos precoce e superprecoce, com época de semeadura limitadas até 28 de fevereiro para municípios mais à oeste e 10 a 20 de março para municípios mais ao norte do Estado, dependendo do tipo de solo nessa região.

MAPA 1 – Região do Estado com maior janela agrônômica para plantar milho 2ª safra



Dados: IAPAR • Elaboração: DTE/FAEP

A janela mais estendida, nessas regiões, permite o cultivo da soja na safra de verão e, logo após a colheita, a realização do plantio do milho safrinha em tempo hábil dentro do calendário recomendado pelo zoneamento agrícola. Para o trigo, por exemplo, o plantio é até 10 de maio para as regiões com o limite mais inferior no calendário. Então, para o trigo, o plantio dentro do calendário do zoneamento agrícola fica facilitado, pois é possível cultivar soja no verão e trigo no inver-



no. Para o milho safrinha, o calendário é “apertado”, dificultando seu cultivo, de acordo com o zoneamento agrícola, após a soja plantada no verão. Isso também ajuda explicar porque as regiões norte e oeste foram as que mais trocaram o cultivo do trigo pelo milho safrinha.

Panorama dos moinhos no Paraná

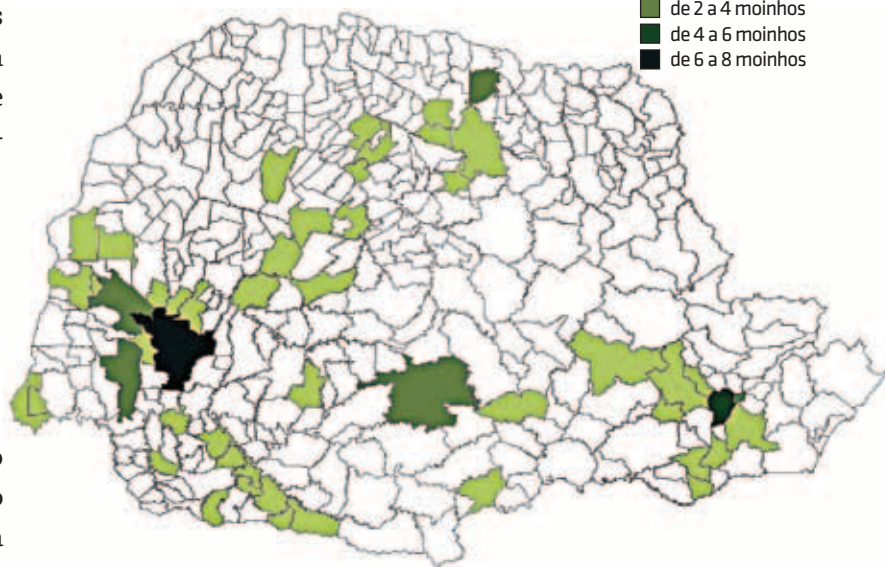
Quantos são?

Segundo dados de um estudo realizado pelo Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Paraná (Sinditrigo/PR) e pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) em 2011, no Brasil, são registrados 385 unidades moageiras de trigo, mas 357 estão em atividade. No Paraná, são registrados 95 e em atividade são 72 moinhos, distribuídos em 50 municípios do Estado. A maior concentração de unidades de moagem está presente na região Oeste do Estado, sendo Cascavel o município com maior número de moinhos (sete). O estudo também apontou a intenção de investimento, por parte dos moageiros, na criação de seis unidades industriais no Estado até 2013. Outro apontamento é a idade média dos moinhos paranaenses, que é de 20 anos.

Onde estão localizados? E por quê?

A maior concentração, em número de unidades, é encontrada na região Oeste e Sudoeste do Paraná, que pode ser explicada pela proximidade com as fronteiras da Argentina e do Paraguai, exportadores de trigo para o Brasil, e também por se tratar de uma grande região produtora, com essa localização conseguem reduzir os custos de produção. Existe expectativa de aumento no consumo de trigo e seus derivados nos próximos anos por parte dos moageiros.

MAPA 2 – Unidades moageiras por municípios no Paraná em 2010



Moinhos de Trigo (2010)

- Nenhum
- até 2 moinhos
- de 2 a 4 moinhos
- de 4 a 6 moinhos
- de 6 a 8 moinhos

Fonte: RAIS • Elaboração: SINDITRIGO-PR

Qual a capacidade instalada para moagem de trigo por ano?

No Brasil a capacidade é de 15,4 milhões de toneladas por ano. No Paraná a capacidade é de 3,3 milhões de toneladas, segundo a Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo) e a Fiep.

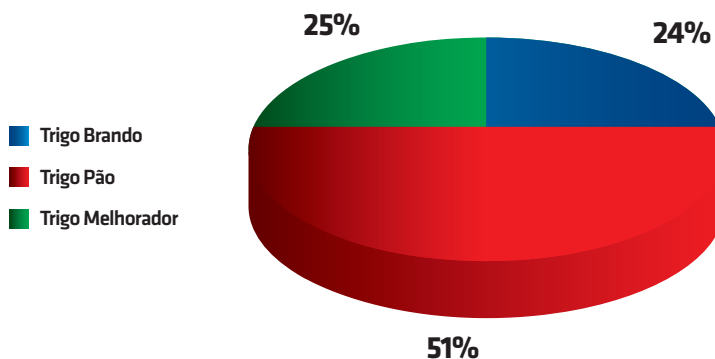
E quanto moem por ano?

Somados os moinhos do Brasil, é estimada pela Abitrigo para 2011, a moagem de 10,66 milhões de toneladas. O Paraná moeu 2,65 milhões de toneladas por ano, representando a maior do país e com expectativa de crescimento de 10% para 2012.

Quais os trigos comprados pelos moinhos?

Ainda segundo a classificação atual do trigo, em vigor até 30 de junho. A partir de 1º de julho deste ano vigorará a nova classificação, mais exigente quanto à qualidade para o enquadramento do produto.

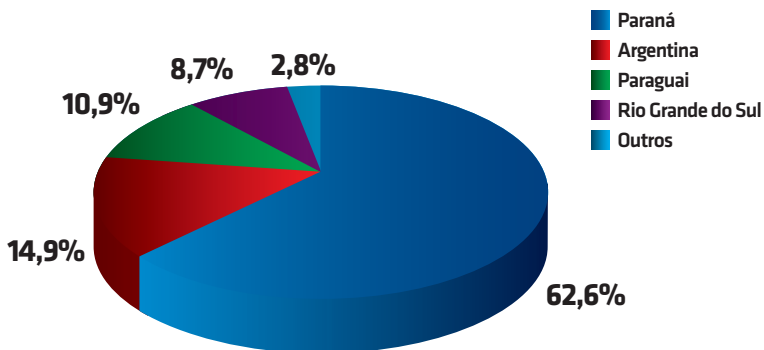
Classes de trigo compradas pelos moinhos paranaenses



Fonte: Sinditrigo/PR e Fiep • Elaboração: DTE/FAEP

Qual a origem do trigo comprado?

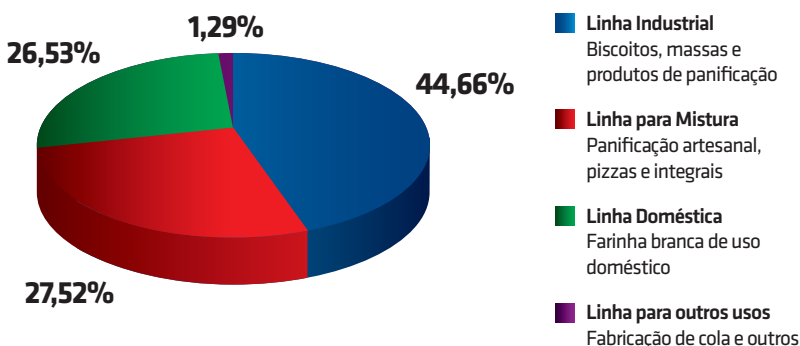
Origem do trigo comprado pelos moinhos paranaenses



Fonte: Sinditrigo/PR e Fiep • Elaboração: DTE/FAEP

Quais os produtos que resultam do trigo moído no Paraná?

Distribuição da produção da farinha paranaense



Fonte: Sinditrigo/PR e Fiep • Elaboração: DTE/FAEP

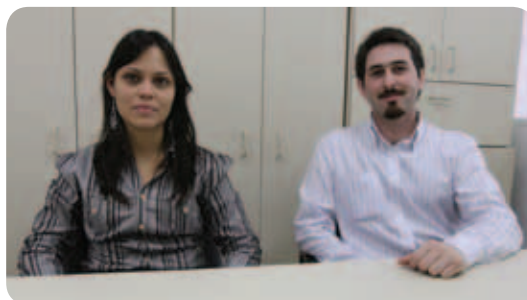
Produção paranaense x incentivos

A produção nacional de trigo para 2012 é estimada em 5,08 milhões de toneladas (Conab), enquanto o consumo de trigo é de 10,43 milhões de toneladas, portanto haverá um déficit de 49% da demanda nacional pelo produto.

Esta informação é importante, pois remete a um questionamento: por que não se produz um produto que tem demanda? Para esta questão pode-se listar muitos problemas envolvidos, e quem responde “de pronto” são os produtores que estão deixando de produzir o trigo, quando lhes cabe esta possibilidade. Dentre os problemas estão:

- Importação de trigo durante a safra brasileira;
- Custo de produção maior que o preço recebido pelo produtor;
- Insegurança na comercialização;
- Falta de estrutura para a segregação das classes e tipos;
- Publicação do plano-safra de culturas de inverno fora do prazo, impossibilitando a tomada de decisão do plantio pelo cereal;
- Falta de apoio ao programa de subvenção do seguro agrícola para cobrir eventuais perdas de produção e de qualidade;
- Falta de cultivares que atendam as necessidades de produtividade e qualidade para criar uma boa identidade do trigo nacional e paranaense;
- Problemas de cabotagem, que dificultam o escoamento do trigo da região Sul para os mercados da região Nordeste e Norte.

De maneira geral, os problemas se relacionam com a falta de soluções ao longo dos anos, gerando a necessidade de uma estruturação nessa cadeia.



**** Tânia Moreira, economista e Leandro Alegransi, engenheiro-agrônomo (Departamento Técnico e Econômico da Federação da Agricultura do Paraná – DTE/FAEP).**

Setenta e cinco funcionários de sindicatos rurais de todo o Estado participaram, nos dias 3 e 4 de maio, em Curitiba, do seminário sobre o Programa de Inclusão Previdenciária no Campo para operação do Cadastro Nacional de Informações Sociais do Meio Rural (CNIS-Rural). Organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o objetivo do encontro foi orientar os colaboradores que farão o cadastramento e a inclusão destes dados do produtor rural.

Em dezembro do ano passado, a CNA assinou um termo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social, que possibilita aos sindicatos rurais a inclusão dos dados do produtor rural considerado segurado especial em regime de economia familiar no cadastro da previdência. Para o produtor rural e seu grupo familiar, o cadastro será uma garantia que vai facilitar a obtenção dos diversos tipos de benefícios oferecidos pela previdência social. Além deste seminário, o INSS vai capacitar os funcionários dos sindicatos rurais para incluir os segurados especiais que são enquadrados na CNA neste cadastro.

A assessora técnica da Comissão de Trabalho e Previdência da CNA, Dayana Peixoto, explica que são segurados especiais os agricultores familiares que possuem até quatro módulos fiscais e não tenham empregados permanentes. Segundo ela, pela lei 11.718/2008, acima de quatro módulos fiscais o produtor rural é enquadrado como empregador, mesmo que não tenha funcionários.

De acordo com Dayana, o objetivo é orientar os funcionários a operar corretamente o sistema. “É como se o sindicato fosse uma área de extensão da previdência. Ao invés do produtor rural ir até uma agência da previdência e esperar meses para ser atendido, ele pode ir ao sindicato com a sua documentação e fornecer as informações”, informa, acrescentando que o cadastro vai acelerar o processo de aposentadoria. “As informações de vida dele já estarão no sistema e ele apenas levará os documentos originais para que faça a checagem das informações. O produtor sai de lá aposentado em 30 minutos”, conta. Mais de 200 mil produtores rurais no país poderão ser beneficiados com o sistema.

Facilidade na aposentadoria no campo

O be-a-bá sobre Cadastro Nacional de Informações Sociais do Meio Rural (CNIS-Rural)

Lineu Filho



> Serviço: O advogado e técnico do Departamento Sindical, Eleutério Czornei, orienta o produtor rural a procurar o seu sindicato para se informar sobre benefício previdenciário. Segundo ele, os sindicatos iniciarão os serviços para o CNIS-Rural nos próximos meses.

Produção e

O Brasil terá uma boa moldura institucional para combinar a produção agrícola e a preservação do ambiente, se a presidente Dilma Rousseff sancionar sem veto o Código Florestal recém-aprovado pelo Congresso. O governo federal deve preocupar-se, agora, com a definição das normas gerais dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) previstos no texto. Será preciso completar esse trabalho dentro de um ano. Essas normas servirão de base para a recomposição de Áreas de Preservação e de Reserva Legal e para a definição das áreas produtivas. Os Estados deverão completar a tarefa, ajustando as regras às condições de cada ambiente e às características da produção local. Em vez de insistir em punições inúteis e nocivas para a produção é preciso legalizar a situação das áreas produtivas abertas até 22 de julho, permitindo aos produtores normalizar sua atividade. É necessário usar a lei como um instrumento de construção do futuro. Seria perda de tempo e de energia, nesta altura, assumir uma atitude policalesca, em vez

de concentrar esforços, recursos administrativos e capital político na implantação do novo sistema de regras.

Confronto bipolar

Foi um erro político deixar o debate a respeito do assunto converter-se num confronto entre ruralistas e ambientalistas, como se os problemas da produção agropecuária e da preservação da natureza interessassem apenas a dois grupos. Só recentemente os representantes do setor rural tentaram abrir uma discussão mais ampla, num esforço para mostrar como um Código Florestal pode afetar, positiva ou negativamente, o bem-estar de todas as pessoas. Os chamados ambientalistas raramente abandonaram sua atitude missionária e quase sempre de antagonismo aos produtores (ou, para efeito retórico, de oposição ao abominado agronegócio).

Os meios de comunicação com frequência caíram na armadilha de tratar o assunto como um confronto bipolar. O próprio governo foi incapaz de apresentar o problema na sua dimensão real à opinião pública. Essa dimensão deveria ser óbvia. Todos precisam de comida e bebida e também de roupas, combustíveis e outros bens produzidos com matérias-primas fornecidas pelo campo. Para entender a importância do debate basta olhar para uma mesa coberta com arroz, feijão, pica-





preservação

dinho, pão e cerveja. Mas é preciso considerar também os efeitos da produção na qualidade do ar e das águas e na condição das florestas. Os dois conjuntos de valores são essenciais para o bem-estar, mas faltou mostrar essa verdade simples à maior parte dos brasileiros. Também nisso o governo falhou vergonhosamente.

Ação ineficaz do governo

Mas o governo tem falhado também, e há muito tempo, na aplicação das normas ambientais já disponíveis. A ação oficial vem sendo lamentavelmente ineficaz, há muitos anos, e isso tem facilitado abusos de todo tipo, praticados tanto por grupos com muito dinheiro quanto por pequenos produtores e até por assentados. Isso não é segredo. A grande produção brasileira é realizada por uma agricultura comercial eficiente, moderna e, de modo geral, comprometida com a preservação dos recursos naturais. Não interessa a esse tipo de produtor o esgotamento de terras. Desde 1991 a produção

brasileira de grãos cresceu 173%, enquanto a área plantada só aumentou 52%. Isso foi possibilitado pela incorporação de tecnologia e pela adoção de boas práticas. Ganhos notáveis de eficiência ocorreram também nas culturas permanentes e semi-permanentes e na produção animal.

Falso conflito

A agropecuária brasileira foi capaz de, ao mesmo tempo, baratear a alimentação para o consumidor nacional e produzir grandes volumes de combustível de origem vegetal. Outros países foram incapazes de realizar essa combinação. Além disso, o campo tem sido a principal fonte do superávit comercial do País, um fator indispensável à segurança e à estabilidade da economia. A discussão do Código Florestal foi dificultada por um falso conflito entre produção e preservação. Regras ambientais são necessárias, sim, e o Código recém-aprovado é muito melhor do que as normas em vigor em outros países. A presidente deveria convencer-se disso e cuidar do futuro, sem pensar em fazer bonito para ONGs estrangeiras na Conferência Rio + 20.

Editorial de O Estado de São Paulo (27/04/12)

O ESTADO DE S. PAULO



O cenário do açúcar e etanol no Paraná

O Estado é o segundo maior produtor desses dois produtos

Por *Maria Silvia Cavichia Digiovani, engenheira-agrônoma DTE/FAEP*

No Paraná os canaviais ocupam 611,4 mil ha, 3,5% da área agricultável no Estado, instalados predominantemente na região Noroeste, onde se concentram 24 das 30 usinas e destilarias instaladas. Na última safra, iniciada em abril de 2011 e encerrada em março de 2012, o Paraná colheu 41,52 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

Poderia ter sido melhor, mas geadas e secas ocorridas durante o ciclo do canavial derrubaram a produtividade para 68 toneladas/hectare, quando nos últimos anos era de 82 toneladas/hectare.

Além da produção de cana ter sido reduzida, a produção de Açúcar Total Recuperável (ATR) também diminuiu: de 139 kg/tonelada na safra anterior para 136. O ATR é a soma total dos açúcares contidos na cana de açúcar, e que são efetivamente aproveitados no processo industrial para produção de açúcar e etanol.

Mesmo com esses contratemplos a produção paranaense de açúcar na safra 2011/2012 foi de 2,89 milhões de toneladas, das quais 90% foram exportadas (2,6 milhões). Quase a totalidade do açúcar produzido no Paraná é do tipo VHP (Very High Polarization), um produto bruto destinado ao mercado externo e lá transformado em diferentes tipos de açúcar para o consumo.

Com 9,5% do volume exportado pelo Brasil, o Paraná coloca-se em segundo lugar no ranking dos Estados brasileiros exportadores de açúcar, perdendo apenas para São Paulo.





Etanol

O etanol de cana, cada vez mais importante como combustível, capaz de evitar o aumento do aquecimento global e fomentar a “economia limpa”, coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial de produção e exportação.

Na safra 2011/2012 o Paraná produziu 1,44 bilhão de litros de etanol, dos quais 84% destinado ao mercado interno e 16% para exportação. Esses valores colocam o Estado também em 2º lugar no ranking de exportadores de etanol, sendo São Paulo o líder nacional. As exportações de etanol e açúcar renderam ao Paraná em 2011 a soma de US\$ 1,57 bilhão, representando 9,4% de participação nos principais produtos exportados.

Importante gerador de emprego, o setor sucroalcooleiro do Paraná responde por 65 mil postos de trabalho diretos e mais 500 mil indiretos, conforme os dados da Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar).

No Valor Bruto da Produção (VBP) paranaense de 2010, a cana de açúcar contribuiu com R\$ 1,77 bilhão, representando 7,8% do VBP da agricultura, que foi de R\$ 22,72 bilhões. A região Noroeste, onde a atividade se concentra, o principal gerador de renda é a cana-de-açúcar, com 19,43% de participação no VBP.

O quadro a seguir mostra a posição do Paraná e demais Estados em relação a produção de cana, açúcar e etanol no Brasil.

Safra nacional 2012/2013 será melhor

8.567,2 mil ha

É a área com cana-de-açúcar no Brasil destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2012/13, 2,4% a mais que na safra 11/12.

602,2 milhões de toneladas

É a previsão de produção de cana para moagem, 5,4% superior à produção da safra anterior.

70,29 ton/ha

É a produtividade da cana projetada para a safra 12/13, 2,9% superior à safra anterior.

618.056 hectares

É a área de expansão dos canaviais, (SE=357 mil ha; CO=188 mil ha. PR vai aumentar 50 mil ha).

956.375 hectares

É a área de renovação dos canaviais (SE=577 mil ha; CO=164 mil há; NE=110 mil ha; Sul=103 mil há)

Safra 2011/2012

Brasil e Principais Estados	Cana (milhões t)		Açúcar (milhões t)		Etanol (bilhões de litros)	
		Ranking		Ranking		Ranking
Brasil	571,4		36,88		22,86	
São Paulo	308,07	1º	21,27	1º	11,70	1º
Minas Gerais	49,9	2º	3,29	2º	2,03	3º
Goiás	48,04	3º	2,00	5º	2,77	2º
Paraná	41,52	4º	2,89	3º	1,44	5º
Mato Grosso do Sul	33,98	5º	1,58	7º	1,60	4º
Alagoas	21,69	6º	2,66	4º	0,70	6º
Pernambuco	14,27	7º	1,69	6º	0,34	7º
Demais estados	53,93		1,50		2,28	

Fonte: Conab, Acompanhamento da safra brasileira, abril 2012

Produção nacional de Cana, Açúcar e Etanol

Projeção CONAB para safra 2012/2013



299,9 milhões de t de cana para produção de 38,85 milhões de toneladas de açúcar



302,2 milhões de t de cana para produção de 23,96 bilhões de litros de etanol



Produção de 602,2 milhões de toneladas de cana

Projeto dos pulverizadores

Grupo de trabalho vai rediscutir a inspeção dos equipamentos

O **diretor financeiro da FAEP**, João Luiz Rodrigues Biscaia, participou na última quarta-feira, dia 9, da audiência pública na Assembleia Legislativa para discutir o projeto de lei (655/2011), que determina a inspeção anual dos pulverizadores com mais de dois anos de utilização. A proposta do deputado Luiz Eduardo Cheida está em trâmite na Casa há quase dois anos e, caso viesse a ser aprovada, poderia gerar uma série de problemas no dia a dia do produtor rural.

Durante a reunião, as instituições ligadas ao agronegócio paranaense – FAEP, Sistema Ocepar, Fetaep – pediram que o projeto fosse retirado da pauta de votação e a implementação de um programa de treinamento de capacitação técnica para os operadores de pulverizadores no Paraná, entre governo estadual e produtores rurais. O deputado Pedro Lupion (DEM) é o relator do projeto na Comissão de Agricultura e mostrando conhecimento sobre o tema, ponderou a necessidade de “mais estudos” sobre a proposta. Da mesma forma, o deputado Raska Rodrigues (PV) também considerou que há pontos a serem esclarecidos sobre o uso dos pulverizadores e o custo de inspeções.

Quantos pulverizadores?

Pela proposta de Cheida, empresas especializadas e credenciadas à Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Seab) e ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) fariam a inspeção e observariam 15 itens dos pulverizadores. A fiscalização ficaria a cargo do IAP, que notificaria advertência, se irregularidades forem constatadas. A justificativa do deputado é a de que os equipamentos de pul-



Deputados e instituições ligadas ao agronegócio durante audiência pública na Assembleia Legislativa

verização geram prejuízos ao meio ambiente, ao agricultor e à sociedade. “Ocorre que não há nenhum levantamento detalhado sobre o impacto disso. Não há, por exemplo, no Paraná, qualquer cadastro de pulverizadores que possa gerar informação sobre a quantidade exata e a conservação dos equipamentos utilizados no campo”, questionou Biscaia. Além disso, segundo ele, o projeto não apresenta nenhum estudo de impacto socioeconômico para os pequenos agricultores paranaenses, porque a eventual implementação geraria um novo custo a eles.

O diretor financeiro da FAEP lembrou ainda que o SENAR-PR capacitou mais de 100 mil produtores e trabalhadores rurais



es: muitas interrogações



Fernando Santos

na área de aplicação de agrotóxicos em todo o Estado ao longo de 18 anos. “O treinamento é o melhor caminho aos agricultores”, defendeu.

As instituições também questionaram o fato de o produtor rural ter que pagar pelo serviço a empresas terceirizadas. Isso, consequentemente, geraria mais um custo na produção e tornaria o produto paranaense menos competitivo no mercado, já que os outros Estados não possuem essa determinação. Outro ponto é a questão da logística, porque os produtores teriam que se deslocar para fazer a inspeção. Ou seja, mais uma despesa no bolso deles.

Hoje não há nenhuma norma do Inmetro e da ABNT, que determine esse tipo de inspeção. A sugestão é que seja criado um padrão para os novos pulverizadores.

Grupo de trabalho

Depois de uma longa discussão, o deputado Luiz Eduardo Cheida disse que vai revisar o projeto de lei e sugeriu que seja formado um grupo de trabalho, entre as instituições que participaram da audiência – FAEP, Sistema Ocepar, Fetaep Emater, Adapar, Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (FEAP) e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-PR) – para rever os principais pontos da proposta. O objetivo é reunir sugestões para possíveis adaptações e aprimoramento no projeto. A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Legislativo e agora segue para a análise de outras três comissões: de Meio Ambiente, de Agricultura e da Saúde.



Arquivo

O descumprimento da lei implicaria em infração e multa correspondente a dez Unidades Fiscais do Paraná (UFP) na primeira ocorrência, em dobro no caso de reincidência, e assim sucessivamente.

Dívidas: FAEP pede red renegociação com o BB



O **Banco do Brasil** anunciou novo programa de renegociação de dívidas rurais vencidas até junho de 2011, semelhante ao programa lançado ano passado, mas com condições de pagamento menos favoráveis.

Em 2011 o parcelamento tinha o prazo de até 10 anos com pagamento de 40% do valor total da dívida até o quinto ano, sendo necessária a entrada mínima de 10% do valor total. Os encargos financeiros neste caso eram o Índice de Reajuste da Poupança – IRP mais 0,5% ano totalizando 7,36% ao ano.

Em 2012, as condições mudaram, sendo concedido um prazo de até 10 anos com pagamento de 50% do valor da dívida até a metade do período, com diferentes encargos financeiros conforme os percentuais de entrada. Para entrada de 10 a 20% do valor total da dívida os encargos cobrados serão de IRP + 1% ao ano totalizando no mínimo 12,68% ao ano mais a variação do IRP. Para entradas superiores a 20% os encargos serão de IRP + 0,75% ao ano totalizando no mínimo 9,38% ao ano mais a variação do IRP.

Os encargos financeiros maiores estão em contradição ao cenário econômico brasileiro e com os esforços do governo de redução da taxa básica de juros Selic e em todas as linhas de financiamento nos diversos agentes financeiros, inclusive o Banco do Brasil.

Diante desse cenário, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, encaminhou ao diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, documento solicitando o seu empenho para as seguintes medidas:

O retorno aos encargos financeiros de 2011, quando eram considerados IRP + 0,5% ao ano, em acordo com o cenário atual de redução da taxa de juros.

Melhoria nas condições de reembolso do programa, reduzindo a exigência de pagamento de 50% do valor da dívida para 40% até o quinto ano do financiamento, considerando os recentes prejuízos decorrentes da estiagem que afetou o Estado do Paraná. O prejuízo financeiro na safra de verão foi de 3,3 bilhões para soja, milho e feijão e terá efeito multiplicador nas próximas safras.

Atualização de juros na

Prazo aos produtores vai até o dia 30 de junho



Os detalhes para a renegociação fixados pelo Banco do Brasil:

- Poderão ser renegociadas dívidas de produtores rurais vencidas até 30 de junho de 2011. No Brasil, o banco estima que 256 mil produtores poderão ser atendidos. No Paraná este número deve ser de 2,5 mil clientes em média com 6,3 mil operações.
- Prazo de pagamento de até 10 anos, desde que na primeira metade do período concedido, seja pago 50% do valor da dívida.
- A entrada mínima é 10% do valor da dívida, porém entradas superiores a 20% do valor serão renegociadas com juros menores.
- Para operações com entrada de 10% a 20% do valor da dívida: a taxa de juros será o Índice de Reajuste da Poupança-IRP + 1% ao mês totalizando 12,68% ao ano mais a variação de IRP, que em 2011 foi de 1,2%, ou seja, aproximadamente 13,88% ao ano, mantidas as atuais condições da economia.
- Para operações com entrada superior a 20% do valor da dívida: a taxa de juros será o IRP + 0,75% ao mês totalizando 9,38% ao ano mais IRP, ou seja, 10,58% ao ano, mantidas as atuais condições de juros da economia.
- Dívidas rurais de produtores inadimplentes até junho de 2011 e particularmente, dívidas de CDC e cheque especial desde que relacionadas a pelo menos uma operação de crédito rural.
- Não serão renegociadas dívidas de CDC de veículos ou crédito imobiliário mesmo que ligadas a operações de crédito rural.
- O produtor deve procurar a agência para operacionalizar a renegociação o mais breve possível podendo, futuramente, voltar a operar com o Banco do Brasil.
- Os produtores que participaram da renegociação em 2011 poderão participar, porém a taxa de juros será diferenciada. Produtores com dívidas ajuizadas também poderão participar, desde que assumam o ônus dos custos judiciais.
- Em caso de dúvida os produtores podem entrar em contato com o gerente na agência do Banco do Brasil, em seu município.

As perspectivas do

Na última segunda-feira, dia 7, durante o encontro com lideranças do agronegócio paranaense, em Curitiba, no Hotel Radisson, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Menequette, disse que estão se abrindo excelentes perspectivas para o agronegócio brasileiro e o Paraná tem condições de dar uma grande contribuição no abastecimento interno e na valorização da balança comercial. Embora tenha atingido o limite de sua fronteira agrícola, em termos espaciais, o Estado tem condições de crescer internamente, através de ganhos de produtividade e de complementação de cadeias produtivas.

Lembrou que o Paraná é um grande produtor de carnes de frango e de suínos e a base disso é a produção de soja e especialmente de milho. “A produção de soja, na tecnologia atual, está praticamente no limite, mas o suprimento não parece ser problema em razão da ocupação de áreas no vizinho Paraguai. A questão é o milho. Em primeiro lugar, o milho para ração animal, cujo peso é maior que a soja ou de qualquer outro componente. Além disso, há perspectivas de aumento das exportações, em face da crescente demanda externa e das limitações de produção de outros países”.

Acrescentou que o Estado tem, talvez, a melhor produtividade média do Brasil, cerca de 7.000 quilos de milho por hectare. “Isto, contudo, é muito pouco, sabendo que diversos produtores em nosso estado conseguem o dobro. Este é apenas um exemplo significativo que pode ser estendido a outros produtos e cadeias. Há, portanto, possibilidade de um aumento substancial na produção utilizando melhor a tecnologia. Isto sem falar em novas gerações de sementes a partir da transgenia. Para tanto há exigência de



“

Precisamos do apoio político do ministro e do governo federal para que possamos continuar trabalhando e produzindo.

*Ágide Menequette,
presidente
do Sistema FAEP.*

”

mais assistência técnica e de investimentos maciços na pesquisa pública para reduzir a nossa dependência de pesquisas por empresas multinacionais”.


Subvenção do seguro

Ele defendeu a priorização do seguro agrícola para definir uma política de longo prazo para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro. Segundo ele, apesar dos avanços, no ano passado, apenas 11% das áreas destinadas a agricultura têm seguro agrícola no Brasil. O programa é fundamental para aumentar a adesão dos produtores, considerando que os riscos de catástrofe climática na produção agrícola oneram o custo de contratação do seguro rural. “Sem esse programa o seguro agrícola é inviável no país. A expectativa do setor produtivo é que o Programa seja perene, com transparência dos valores alocados logo no início do ano civil e sem contingências ou cortes em seu orçamento”.



Paraná

O balanço do presidente do Sistema FAEP e o preço mínimo tardio



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Fernando Santos

Outro problema apontado por Mene-guette são as limitações de plantio de transgênicos em áreas de conservação nos parques nacionais. “Pedimos apoio do ministro e do governo federal para seja liberado o plantio do milho transgênico em torno dessas áreas”.

Sistema FAEP

O presidente da FAEP lembrou ainda que a FAEP e o SENAR-PR estão realizando um grande trabalho junto aos trabalhadores e produtores rurais em todo o Estado. Somente no ano passado mais de 200 mil pessoas foram atendidas pelo Sistema. “Precisamos do apoio político do ministro e do governo federal para que possamos continuar trabalhando e produzindo”, concluiu.

O preço mínimo atrasado

Liberação de R\$ 3 bilhões para o financiamento de custeio e comercialização das culturas de inverno e reajuste de 5% no preço

“

Nesta safra ele repôs só 5%, teria de repor 14%. É melhor do que nada, mas não é suficiente para cobrir os custos de um trigo bem plantado.

*Ivo Arnt Filho,
presidente da
comissão de cereais
da FAEP.*

”

mínimo do trigo. Em resumo foram essas as novidades anunciadas pelo ministro da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (Mapa), Mendes Ribeiro Filho. Segundo ele, serão liberados R\$ 430 milhões para a comercialização do trigo em 2012, que irão subsidiar a compra de trigo em leilões, a partir do dia 15 de maio, no Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. As medidas, porém, chegaram um pouco tarde para os produtores paranaenses. A área de plantio para a safra deste ano, que começou no final de março, deve atingir 785 mil hectares, segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral). A menor área em 37 anos. Os baixos preços e problemas na comercialização desestimularam os produtores no Paraná.

A alteração do preço mínimo do trigo em até 5% e das demais culturas de inverno é uma demanda antiga do setor, porque eles estavam sem reajuste há pelo menos dois anos. Especificamente do trigo, o Pão tipo 1, referência no mercado e que vigorava a R\$ 477,00 por tonelada, no Sul, passa para R\$ 501,00 por tonelada; no Centro-Oeste, Sudeste e Bahia de R\$ 535,00 para R\$ 552,00 por tonelada. Os valores passam a vigorar entre julho de 2012 a julho de 2013.

A própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) calculou que o custo médio operacional para se produzir trigo no país está em R\$ 531 por tonelada, R\$ 30 acima do atual mínimo. “Há dois anos o governo anunciou deságio de 10% no preço mínimo. Nesta safra ele repôs só 5%, teria de repor 14%. É melhor do que nada, mas não é suficiente para cobrir os custos de um trigo bem plantado”, avaliou Ivo Arnt Filho, presidente da comissão de cereais da FAEP.



Bocejos

Uma das teorias para explicar o que provoca o bocejo é que seria causado por tédio, fadiga ou sonolência.

Antes de bocejar verifique se:

- Quando você lê algo sobre o bocejo, o faz bocejar;
- O bocejo tem duração média de seis segundos;
- Durante o bocejo os batimentos do coração podem ser aumentados em até 30%.



O bode

Descrito na Bíblia, o bode expiatório era um animal apartado do rebanho e deixado só na natureza selvagem como parte das cerimônias hebraicas do Yom Kippur. No ritual, dois bodes eram levados junto com um touro para um local de sacrifício.

Nesse tempo havia um sorteio. Definido o resultado, um dos bodes era queimado no altar junto com o touro. O outro bode, o expiatório, ouvia os pecados do povo de Israel. O bode era solto posteriormente na natureza para levar os pecados do povo.

Toc, toc, toc

Bater três vezes na madeira para afastar a má sorte é um costume com séculos de existência. Há uns quatro mil anos atrás, os índios da América do Norte verificaram que o carvalho era a árvore mais atingida pelos raios. Concluíram que a árvore era a morada dos deuses na Terra e toda vez que se sentiam culpados por alguma coisa, batiam no tronco dos carvalhos com os nós dos dedos, para chamar os deuses e pedir perdão. Toc, toc, toc.



“Não estou entendendo”

A primeira ligação telefônica internacional foi feita em 25 de dezembro de 1900, em uma experiência para determinar se a voz humana poderia ser levada por cabos usados para telégrafos, entre Key West, nos Estados Unidos, e Havana, em Cuba. John W. Atkins, gerente do escritório de Key West da International Ocean Telegraph Company naquela época, ajustou os cabos e ligou para Havana. “Por um bom tempo não houve som, exceto o barulho ouvido à noite, às vezes, causado pela corrente de eletricidade”, contou Atkins na época. Ele continuou a ligar para Cuba, quando ele finalmente ouviu as palavras “Eu não estou te entendendo”.

Irmãos da estrada

- Quando homem valer dinheiro, baixinho serve de troco.
- Sogro rico e porco gordo só dão lucro quando morrem.
- Não sou detetive mas só ando na pista.
- Um Dodge gemendo, uma prestação vencendo
- Pobre é igual disco de embreagem: quanto mais trabalha, mais liso fica.
- Quem madruga muito fica com sono o dia inteiro.
- Nosso amor virou cinzas, porque nosso passado foi fogo.
- Três eixos envenenados e um machão invocado.
- Não sou notícia ruim mas ando muito e depressa.



Tamanhão

A Amazônia tem 5,2 milhões de km² somente no Brasil, correspondente a cerca de 61% do território nacional. Nesse território, caberiam 26 Estados do tamanho do Paraná (200 mil km²).

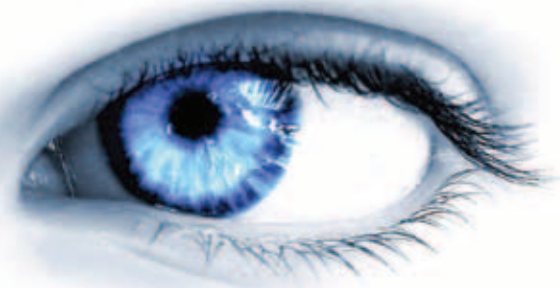


Golfinhos

Os golfinhos nascem com pouco menos de um metro e são amamentados por pelo menos 14 meses. A fêmea tem um filhote a cada 2 ou 3 anos. Vivem de 20 a 35 anos e sua pesca é proibida desde 1988. Os golfinhos vivem em grupos e mergulham até 300 metros de profundidade e podem ficar até oito minutos embaixo d'água. Mas estes animais doces passam a maior parte do tempo, mesmo, na superfície das águas, acompanhando os barcos.

Lentes de contato

Atirando para todos os lados, o genial Leonardo Da Vinci acabou sendo um dos primeiros a teorizar uma solução para os problemas de visão. Por volta de 1508, ele imaginou a construção de uma lente que, posta na superfície do globo ocular, poderia corrigir os problemas de visão. A película gelatinosa atual, porém, só foi inventada no início da década de 1970, quando a empresa Bausch & Lomb concebeu lentes de contato mais confortáveis e maleáveis.

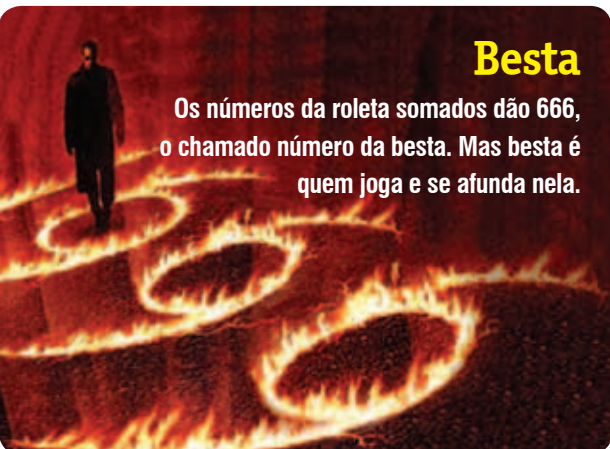


Por que cotovelo dá choque

A origem dessa sensação é causada por um bastante sensível que reveste os ossos do cotovelo. Trata-se do nervo cubital. Ao ser estimulado – quando o cotovelo bate em uma mesa, por exemplo –, ele produz a sensação de choque e, às vezes, de dor. A incidência do “choque no cotovelo” é maior entre os magros. A razão é que eles têm menos gordura na região para amortecer a pancada e com isso evitar que o nervo cubital seja atingido.

Besta

Os números da roleta somados dão 666, o chamado número da besta. Mas besta é quem joga e se afunda nela.





CURSOS

Juranda



Posse

No dia 16 de abril tomou posse a diretoria do Sindicato Rural de Juranda. Foram eleitos Gentil Damascenona presidência, Áurea Aparecida Perri da Silva como vice-presidente, Amilton Molina Pizzoli e André Molina Pizzoli como tesoureiros. Esta diretoria fica no cargo até 16 de abril de 2015.

Ivaiporã



Criação Núcleo

Em 17 de abril, na sede do Sindicato Rural de Ivaiporã, foi concretizada a fundação do Núcleo de Sindicatos Rurais do Vale do Ivaí, reunindo 11 sindicatos da região. A votação para a criação do núcleo foi unânime. Foram eleitos: Lourival Roberto da Silva de Góes como presidente, Luiz Carlos Zampier como vice-presidente e Sérgio Zanetin como secretário. Um dos objetivos do Núcleo é fortalecer a atividade agrícola conquistando mais infraestrutura para a região junto ao poder público e melhores condições de comercialização da produção.

Palmeira



Plasticultura

No período de 28 a 30 de março foi realizado o curso de Trabalhador na Olericultura Básica – plasticultura para 14 filhos de produtores rurais. O curso foi realizado pelo SENAR-PR, Sindicato Rural de Palmeira e a Il Companhia de Suplementos de Palmeira (Unidade do Exército). O objetivo do curso foi a implantação e manejo da olericultura em estufas plásticas. Foram abordados aspectos gerais de construção de estufas e técnicas de plantio nesse sistema. O curso foi ministrado pelo instrutor Luiz Sérgio Kreпки, que dividiu os três dias de curso em aulas teóricas e práticas. Durante as aulas práticas os alunos construíram uma estufa no tipo pampeana.

Ibiporã



Artesanato

No dia 18 de abril foi realizado no Centro de Treinamento Agropecuário de Ibiporã o curso Artesanato de Taboa e Fibras de Bananeira, com a instrutora Marli de Freitas Malacrida. O curso foi direcionado a produtoras e trabalhadoras rurais teve a participação de 10 mulheres.

Renascença



JAA

O Sindicato Rural de Renascença promoveu no dia 17 de abril uma visita à Cooperativa Agroindustrial Coasul, no entreposto de Renascença, para os alunos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). São duas turmas, uma de manhã e outra tarde. Os alunos foram acompanhados da instrutora Nágila Lavorati e recebidos na Coasul pelo gerente Edison Sofiatti e pelo engenheiro-agrônomo Adriano.

Toledo



Empreendedor Rural

Em Toledo, o Sindicato Rural iniciou os trabalhos com mais uma turma do Programa Empreendedor Rural (PER) no dia 20 de abril. Este grupo tem uma característica diferenciada: a participação dos Técnicos e Extensionistas do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, regional de Toledo. O instrutor do grupo é Mario Alexius.

Astorga



JAA

O Sindicato Rural de Astorga organizou duas turmas do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA), a primeira composta por 25 jovens e a segunda com 22 adolescentes. As aulas ocorrem no Centro de Formação Socio Familiar Formando o Cidadão de Astorga (CEASFAM) e foram iniciadas no dia 13 de março com o instrutor Claudio Zunta. Um dos objetivos do programa JAA é informar os jovens rurais sobre suas oportunidades no campo, qualificando-os profissionalmente, despertando uma visão empresarial e capacidade empreendedora.

Erramos

Nova Londrina



Gestão de pessoas – cana-de-açúcar

Estamos publicando a foto correta relativa ao curso Plantio de Cana-de-açúcar realizado em Nova Londrina. No Boletim Informativo 1174 a foto publicada no curso Nova Londrina não estava correta.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado do Paraná - CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 02 - SAFRA 2012/2013

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 26 de Abril de 2012 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em abril de 2012 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2012/2013, que passam a vigorar a partir de 01 de maio de 2012.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de abril de 2012 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM ABRIL/2012 | SAFRA 2012/2013 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,00%	-	0,00%	-
AME	0,00%	-	0,00%	-
AEAd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEAd - MI	20,12%	1.288,42	20,12%	1.288,42
EAof	0,21%	1.320,00	0,21%	1.320,00
AEHd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEHd - MI	79,24%	1.204,56	79,24%	1.204,56
AEHof	0,43%	1.195,47	0,43%	1.195,47

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 20,33% 1.288,74 20,33% 1.288,74
AEHd - ME+MI+of 79,67% 1.204,51 79,67% 1.204,51

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,00%	-	0,00%	-
AME	0,00%	-	0,00%	-
AEAd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEAd - MI	20,12%	0,4533	20,12%	0,4533
EAof	0,21%	0,4644	0,21%	0,4644
AEHd - ME	0,00%	-	0,00%	-
AEHd - MI	79,24%	0,4423	79,24%	0,4423
AEHof	0,43%	0,4389	0,43%	0,4389
Média		0,4445		0,4445

Obs: 1) AEAd - ME+MI+of 20,33% 0,4534 20,33% 0,4534
AEHd - ME+MI+of 79,67% 0,4423 79,67% 0,4423

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - SAFRA 2012/2013 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

Produtos	MIX	Média
AMI	1,38%	39,95
AME	52,59%	44,75
EAC - ME	0,81%	1.305,78
EAC - MI	11,46%	1.323,95
EAof	0,01%	1.320,00
EHC - ME	2,69%	1.254,62
EHC - MI	31,06%	1.150,90
EHof	0,01%	1.195,47

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	MIX	Média
AMI	1,38%	0,4530
AME	52,59%	0,5094
EAC - ME	0,81%	0,4594
EAC - MI	11,46%	0,4658
EAof	0,01%	0,4644
EHC - ME	2,69%	0,4607
EHC - MI	31,06%	0,4226
EHof	0,01%	0,4389
Média		0,4749

PROJEÇÃO PREÇO FINAL DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	51,86	57,93
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	51,86	57,93

Maringá, 26 de Abril de 2012

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO Presidente
PAULO ROBERTO MISQUEVIS Vice-Presidente

BHC: FAEP assina convênio



A meta é receber 630 toneladas em todo o Estado

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, assinou o termo de cooperação técnica para a destinação ambientalmente adequada de BHC (Hexaclorobenzeno) e outros agrotóxicos proibidos por lei existentes no Paraná. O convênio permite a realização de ações conjuntas entre o poder público, instituições privadas e agricultores. O documento foi assinado entre o governo do Paraná, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), Instituto das Águas do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e de Extensão Rural (EMATER), Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV).

O recolhimento das embalagens começou no dia 15 de março em seis armazéns do Estado, nos municípios de Apucarana, Assaí, Maringá, Santa Mariana, Londrina e Cambé. Até o dia 26 de abril foram recolhidas em torno de 480 toneladas de BHC e outros agrotóxicos. Os armazéns de Arapongas, Astorga e Santo Antônio da Platina estarão recebendo as embalagens até 17 de maio. Nos demais municípios (há um total de 20 armazéns espalhados pelo Estado), o recolhimento termina em 16 de julho e a meta é receber 630 toneladas de agrotóxicos proibidos por lei e auto-declarados pelos agricultores paranaenses. O levantamento foi realizado no segundo semestre de 2009 e seguiu as determinações da lei estadual nº 16.082/2009, considerando os termos da lei estadual nº 12493/99 e decreto nº 6674/02 do Estado do Paraná.

Bois vivos

A resposta do Mapa

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) comunicou ao presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, ter assumido posição contrária à imposição do imposto de exportação sobre bois vivos. Tal comunicado foi uma resposta a um ofício de 14 de março último, encaminhado pela presidência da FAEP ao Mapa, Casa Civil e Ministério de Indústria e Comércio, além das bancadas paranaenses no Senado e Câmara Federal. No documento foi explanado as razões do posicionamento contrário da FAEP, que auxiliou ao Mapa a produzir um Aviso Ministerial e uma Nota Técnica dirigida ao ministro Fernando Pimentel, sustentando a inconveniência da adoção daquele imposto.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Editor:

Hélio Teixeira

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Ô Dilma!

Vetar é punir o Brasil que produz.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____